

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em suas provas, caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Começemos pelo conceito. A democracia veio dos
gregos. Democracia não é só a eleição do governo pelo povo,
mas, sim, a atribuição, pelo povo, do poder — que inclui mais
4 que o mero governo; inclui o direito de fazer leis. Na
democracia antiga, direta, isso cabia ao povo reunido na
praça pública.

7 Um grande êxito dos atenienses, se comparados aos
modernos, era o amor à política. Moses Finley, um dos maiores
conhecedores do tema, conta que, em Atenas, a assembleia
10 popular se reunia cerca de quarenta vezes ao ano. Pelo
menos mil pessoas costumavam comparecer, às vezes dez mil,
de um total de quarenta mil possíveis (a presença não era
13 obrigatória). Comparo esse empenho ao nosso. Quantos não
resmungam para votar uma só vez a cada dois anos? Nesse
16 período, o ateniense teria passado oitenta tardes na praça,
ouvindo, votando.

19 Mas a “falha” dos atenienses era a inexistência de
direitos humanos. Não havia proteção contra as decisões da
assembleia soberana. Ela podia decretar o banimento de quem
quisesse, sem se justificar: assim Temístocles foi sentenciado
ao ostracismo pelo mesmo povo que ele salvara dos persas.
22 Desde a era moderna, os direitos do homem, protegendo-o do
Estado, se tornam cruciais. Estes são os grandes legados das
três revoluções modernas — a inglesa, a americana e a
25 francesa: somos protegidos não só dos desmandos do monarca
absoluto, contra os quais o melhor antídoto seria a
soberania popular, mas também da tirania do próprio povo e
28 de seus eleitos.

Renato Janine Ribeiro. *Os direitos humanos e a democracia*. In: *Valor Econômico*. 7/1/2013. Internet: <www.valor.com.br> (com adaptações).

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os próximos itens.

- 1 Sem prejuízo da informação veiculada no texto, seria mantida sua correção gramatical se o termo “proteção”, em “Não havia proteção contra as decisões da assembleia soberana” (ℓ. 18 e 19), fosse substituído por **mecanismos de proteção**.
- 2 Com o emprego das aspas na palavra ‘falha’ (ℓ.17), o autor deixa explícita uma marca de opinião que interfere no sentido dessa palavra no texto.
- 3 De acordo com o autor, no mundo contemporâneo há proporcionalmente mais participação política do que havia na democracia ateniense.
- 4 O texto defende a ideia de que, com as revoluções modernas, aumentou a capacidade de defesa do indivíduo contra o Estado.
- 5 O autor emprega recursos do tipo textual narrativo para explicar o funcionamento da democracia direta ateniense.
- 6 As formas pronominais em “ele salvara” (ℓ.21) e “protegendo-o” (ℓ.22) remetem ao mesmo referente: “Temístocles” (ℓ.20).

Texto CB1A1AAA

1 O debate sobre direitos civis e regime democrático é
um importante tema na agenda de construção da cidadania.
Embora certas nações possuam um governo e instituições
4 representativas, parece haver nelas um óbice na constituição de
uma cidadania integral, especialmente na efetividade dos
direitos civis.

7 A evolução dos direitos da cidadania se amparou na
liberdade individual para reivindicar participação na
comunidade política com o surgimento dos governos
10 representativos. Mesmo assim, há problemas, pois, de acordo
com T. H. Marshall, “os direitos civis deram poderes legais
cujo uso foi drasticamente prejudicado por preconceito de
13 classe e falta de oportunidade econômica”. A estrutura social
e econômica não favoreceu o exercício efetivo da igualdade
formal atribuída ao cidadão. Marshall aborda essa questão
16 enfatizando que o *status* de cidadão confere igualdade formal
aos indivíduos, ainda que o sistema de classes sociais gere
desigualdade real.

19 Em linhas gerais, pode-se afirmar que os direitos civis
igualam os indivíduos pela possibilidade legal de terem
liberdades comuns. Os direitos políticos garantem aos
22 indivíduos igualdade de participação na escolha do governo.
Os direitos sociais definem um mínimo de igualdade,
considerando-se a desigualdade econômica e de oportunidades.
25 Responder a esse modelo de forma integrada e aproximar as
expectativas do cidadão da realidade social parece ser o desafio
das democracias de massa para obter legitimidade.

28 A democracia deve gerar uma cidadania integral (civil,
política e social), em que o regime eleitoral é condição
fundamental, embora insuficiente. A democracia eleitoral
se revela restrita ao não englobar temas como direitos
31 sociais e econômicos.

A expansão da cidadania e a qualidade da democracia
34 pressupõem o Estado de direito para proteger as liberdades
civis e políticas da cidadania. Conforme recomendação do
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
37 (PNUD), deveria “existir um patamar mínimo de igualdade
entre os membros da sociedade que outorgue a todos um leque
40 razoável de opções para exercer sua capacidade de escolha e
sua autonomia”. A cidadania política e as regras de
participação e de contestação seriam insuficientes para garantir
liberdade individual. A falta dessas garantias e a violência que
43 existe contra o cidadão em diversos países configura déficit de
eficácia das instituições e do sistema legal e, por conseguinte,
da credibilidade do Estado-nação. Essa situação gera uma
46 cidadania “truncada”, especialmente pela inefetividade dos
direitos civis.

Eduardo José Grin. *Democracia e direitos civis: um debate necessário*. In: *Revista Videre*, Dourados, MS, ano 1, n.º 1, jan. – jun./2009. Internet: <www.researchgate.net> (com adaptações).

Com referência às ideias do texto CB1A1AAA, julgue os itens a seguir.

- 7 Conclui-se do texto que, no que se refere à democracia e à cidadania, existem um plano que se pode denominar de formal e outro que se pode conceber como real.
- 8 Infere-se do texto que, para o autor, o Estado não é o necessário agente indutor de cidadania e de democracia.
- 9 A tese central do autor pode ser resumida da seguinte forma: apenas com a efetividade dos direitos civis garante-se a efetividade da democracia.
- 10 O autor apoia sua argumentação sobre a seguinte premissa: os diversos tipos de direitos (sociais, políticos e civis) são indistintos no que se refere à promoção da igualdade.

Com relação aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto CB1A1AAA, julgue os próximos itens.

- 11 Seriam mantidos a correção gramatical e os sentidos do texto caso a forma verbal “terem” (l.20) fosse substituída por **existirem**.
- 12 O trecho ‘um patamar mínimo de igualdade entre os membros da sociedade’ (l. 37 e 38) exerce a função de complemento do verbo ‘existir’ (l.37).
- 13 As expressões “cidadania integral” (l.28) e “democracia eleitoral” (l.30) foram empregadas no texto como sinônimos.
- 14 No último período do terceiro parágrafo, o trecho “ser o desafio das democracias de massa para obter legitimidade”, formado por duas orações coordenadas entre si, exerce a função sintática de sujeito da forma verbal “parece”.
- 15 Feitas as devidas alterações de maiúsculas e minúsculas e de pontuação, a expressão **uma vez que** poderia ser utilizada para ligar os dois períodos que compõem o quarto parágrafo do texto, sem prejuízo para seus sentidos.

A respeito das formas de controle interno e externo, julgue os itens seguintes.

- 16 O controle político exercido pelas comissões parlamentares de inquérito é uma espécie de controle externo de competência do Poder Legislativo.
- 17 Se o estado de Pernambuco tomar empréstimo de banco federal para a realização de uma grande obra, o controle interno dessa operação será realizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, ao passo que o controle externo será realizado pelo Tribunal de Contas da União.
- 18 O controle interno pode, por orientação do órgão controlado, deixar de avaliar a adequação dos atos da administração pública ao princípio da eficiência.

João, aprovado em concurso público para auditor de controle externo no tribunal de contas de seu estado, foi lotado em sua cidade natal. Ao ter ciência desse fato, o prefeito do município, amigo da família de João, resolveu presentear-lo com um veículo, a fim de facilitar a sua locomoção até o local de trabalho. João aceitou o presente.

Com referência a essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem, à luz do disposto na Lei n.º 8.429/1992.

- 19 Caso seja condenado por improbidade administrativa, João estará sujeito a pagar multa de, no mínimo, quatro vezes o valor do veículo que recebeu de presente.
- 20 João cometeu ato de improbidade administrativa que importou enriquecimento ilícito.

A respeito do controle jurisdicional da administração pública no direito brasileiro, julgue os itens a seguir.

- 21 A despeito de ser um tribunal, uma corte de contas não produz coisa julgada material, de modo que suas decisões podem ser revistas pelo Poder Judiciário.
- 22 O remédio constitucional do *habeas data* permite que o impetrante obtenha informações cadastrais relativas a todas as partes de um processo do qual seja parte, exceto aquelas protegidas por sigilo bancário.

À luz das disposições da Constituição do Estado de Pernambuco, julgue o item seguinte.

- 23 Ao controle externo do estado de Pernambuco compete inspecionar e auditar as unidades administrativas dos poderes, sendo necessária, para isso, denúncia pelo órgão de controle interno do poder correspondente à unidade administrativa a ser inspecionada ou auditada.

O prefeito de um município do estado de Pernambuco prestou as contas municipais, no prazo devido, ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE), que as analisou e as julgou irregulares.

Considerando essa situação hipotética, julgue os próximos itens com base nas disposições da Lei Orgânica do TCE/PE e do Regimento Interno desse tribunal.

- 24 Alegações de defesa prévia, após conhecimento do relatório preliminar que aponte as irregularidades declaradas, deverão ocorrer no prazo de trinta dias da juntada do comprovante de recebimento da notificação, não havendo a possibilidade de inclusão posterior de fatos novos aos autos do processo.
- 25 Caso a irregularidade detectada seja passível de aplicação de multa, o TCE/PE determinará o valor a ser recolhido e o prazo para o cumprimento desse recolhimento, prazo esse que não poderá ultrapassar o décimo quinto dia após o trânsito em julgado da deliberação em que se tenha fixado a multa.

Com relação à competência, à jurisdição e à organização do TCE/PE, julgue os itens subsequentes.

- 26 Prefeito em exercício da cidade natal de conselheiro a ser empossado no TCE/PE tem a prerrogativa de assinar, a convite do presidente desse tribunal, o termo de posse e compromisso do conselheiro em questão, caso este tenha solicitado.
- 27 Embora tenha competência para alterar seu próprio regimento interno, o TCE/PE pode apenas propor alteração de sua Lei Orgânica à Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

Acerca dos instrumentos de planejamento e orçamento, julgue os itens a seguir.

- 28** Para que determinada emenda ao projeto de lei orçamentária seja aprovada, é suficiente que ela tenha sido apresentada na Comissão Mista de Orçamentos e não anule despesas de pessoal e encargos sociais, do serviço da dívida ou de transferências constitucionais.
- 29** No plano plurianual, é vedada a regionalização de metas por meio de critérios que abranjam territórios maiores que as macrorregiões econômicas.
- 30** Se determinado projeto não for incluído na relação de prioridades e metas da lei de diretrizes orçamentárias, sua inclusão na lei orçamentária anual será vedada.
- 31** Se um projeto cujo objetivo seja a realização de obra resultar em incremento no custo das atividades regulares de determinado órgão público, o aumento de despesa deverá ser registrado nos atributos do subtítulo correspondente ao projeto.

Com relação aos métodos de classificação e outros conceitos técnicos da administração orçamentária, julgue os itens que se seguem.

- 32** A parcela da dívida flutuante que não for paga até o final do exercício financeiro será obrigatoriamente inscrita em restos a pagar.
- 33** Para identificar a origem de determinada receita pública de acordo com o acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita nos cofres públicos, utiliza-se a classificação por natureza de receita.
- 34** Os códigos de identificação dos planos orçamentários podem ser modificados por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).
- 35** A inscrição de crédito em dívida ativa corresponde à representação contábil de um fato permutativo resultante da transferência de valor não recebido no prazo estabelecido, dentro do próprio ativo.

Com referência aos dispositivos da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), julgue os próximos itens.

- 36** Em respeito ao princípio constitucional da autonomia federativa, é facultativo que o titular do Poder Executivo de cada ente federativo envie à União as informações relativas às respectivas dívidas públicas interna e externa.
- 37** Determinado subsídio constituído por renúncia de receita pública poderá ser aprovado e colocado em execução ainda que não esteja incluído no demonstrativo da estimativa de renúncia de receita da lei de diretrizes orçamentárias.
- 38** Se o gestor autorizar aumento de despesa com pessoal nos cento e oitenta dias anteriores ao final do seu mandato, o ato será anulado, mas os valores que os respectivos servidores tiverem recebido como consequência dessa autorização serão considerados regulares.

Acerca da redefinição do papel do Estado no Brasil e do modelo de Estado patrimonialista, julgue os seguintes itens.

- 39** No modelo de Estado patrimonialista, a não diferenciação entre o público e o privado favorece as práticas de corrupção e de nepotismo.
- 40** Com a reforma do Estado brasileiro, o Estado deixou de ser responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social e tornou-se o seu regulador e promotor.

Acerca do orçamento participativo, da transparência na administração pública, da gestão por resultados e do neocorporativismo, julgue os próximos itens.

- 41** A gestão por resultados na administração pública se beneficia da existência de métricas programáticas robustas e comparáveis ao longo do tempo.
- 42** O neocorporativismo materializa-se na atuação de sindicatos fortes, com interesses bem definidos e colocados acima dos interesses dos demais atores envolvidos nas relações de trabalho.
- 43** O orçamento participativo é uma técnica orçamentária caracterizada pela participação da sociedade, em substituição ao poder público, como agente elaborador da proposta orçamentária que é posteriormente enviada ao Poder Legislativo.
- 44** Entre os dados de despesas efetuadas por órgãos e entidades da administração pública federal disponibilizados no Portal da Transparência do Poder Executivo Federal não se incluem aqueles relativos aos repasses de recursos federais para os estados, o Distrito Federal e os municípios.

Acerca das agências reguladoras e da construção de agendas de políticas públicas, julgue os itens a seguir.

- 45** No processo de construção da agenda de políticas públicas, define-se a lista dos problemas ou dos assuntos que chamam a atenção de atores governamentais e cidadãos em geral.
- 46** Para que as agências reguladoras atuem de maneira eficiente e efetiva, de modo a atender interesses e direitos dos usuários, é fundamental a sua independência.

No que se refere ao planejamento estratégico e à avaliação das políticas públicas, julgue os itens subsequentes.

- 47** De acordo com os princípios da gestão por resultados, a avaliação de resultados de um dado programa inicia-se antes mesmo da execução do programa em questão: o objetivo é garantir que o desenho programático da intervenção atenda integralmente ao que foi planejado.
- 48** Por meio das avaliações de meio-termo, ou de processo, é possível aplicar correções à fase final da implementação de programas e projetos.
- 49** O planejamento estratégico de uma organização torna-se relevante somente quando a implementação de suas metas resulta no alcance de resultados de curto prazo.

De acordo com dispositivos da Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), julgue o item seguinte.

- 50** É prerrogativa do agente público a recusa em fornecer informação regularmente requerida nos termos da referida lei, desde que esteja autorizado pela chefia imediata.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A respeito de serviços públicos, processo administrativo, controle externo, licitações e concessões, julgue os itens a seguir.

- 51 Como as decisões do órgão de controle externo têm natureza prejudicial ao juízo não especializado, a aprovação das contas do agente público por tal órgão impede a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa.
- 52 **Situação hipotética:** Rafael, técnico-administrativo do TCE/PE, figura como acusado em processo administrativo pela prática de infração disciplinar. Após o encerramento da instrução, foi emitido o relatório final, que opinou pela aplicação da penalidade de advertência a Rafael. **Assertiva:** Nessa situação, é possível que Rafael, nesse momento processual, junte documentos e provas que tenham correspondência com o seu direito.
- 53 Diferentemente da delegação, a permissão para prestar um serviço público consiste em ato unilateral da administração, com dispensa de licitação e possibilidade de revogação a qualquer tempo.
- 54 Para possibilitar a reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos serviços, poderá ser assumida, no curso do contrato de concessão de um aeroporto, a administração temporária da concessionária por seus garantidores, mesmo que com ela não mantenham vínculo societário direto.
- 55 A contratação de serviço de operação de equipamentos de inspeção eletrônica de pessoas poderá ocorrer por meio do sistema de registro de preços, ainda que não seja para atender a mais de um órgão.

Com relação a agentes públicos, atos administrativos, poderes da administração pública e responsabilidade civil do Estado, julgue os itens subsequentes.

- 56 Fundamentada no poder de autotutela, desde que não esteja configurada a decadência do direito, poderá a administração anular atos sob o argumento de estes terem sido praticados com base em interpretação errônea verificada posteriormente.
- 57 Mesmo que determinada lei tenha sido declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, entende-se que não é viável a responsabilização do Estado pela edição da referida norma, uma vez que o Poder Legislativo é dotado de soberania no exercício da atividade legiferante.
- 58 Caso se verificasse a promoção indevida de servidor do TCE/PE, o ato administrativo pertinente deveria ser anulado, e o servidor teria de restituir os valores percebidos a mais.
- 59 Concedida aposentadoria a servidor público, o prazo decadencial para a administração rever o ato concessivo terá início somente a partir da manifestação do tribunal de contas sobre o benefício.
- 60 Ainda que a lei ofereça ao agente público mais de uma alternativa para o exercício do poder de polícia, a autoridade terá limitações quanto ao meio de ação.

Considerando o funcionamento e as atribuições do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, bem como as normas referentes à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, julgue os itens a seguir.

- 61 No exercício de suas atribuições, os tribunais de contas estaduais podem apreciar a constitucionalidade das leis bem como dos atos do poder público.
- 62 Deve-se observar a regra do quinto constitucional na composição dos tribunais de contas estaduais, os quais são constituídos por sete conselheiros, dos quais quatro são escolhidos pela assembleia legislativa e três pelo chefe do Poder Executivo estadual, cabendo a este indicar um auditor e um membro do Ministério Público, além de um terceiro membro a seu critério.
- 63 Órgãos auxiliares do Poder Legislativo no exercício do controle externo, os tribunais de contas estaduais exercem, no que se refere à economicidade, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos estados e das entidades da administração direta e indireta.
- 64 Os tribunais de contas estaduais não exercem fiscalização quanto à legalidade e à legitimidade dos atos administrativos praticados pelo Poder Judiciário, que tem autonomia administrativa e financeira.
- 65 Decisão de tribunal de contas estadual de impor multa a responsável por irregularidades no uso de bens públicos possui eficácia de título executivo e pode ser executada por iniciativa do próprio tribunal de contas do estado ou do Ministério Público local.

Julgue os itens subsequentes, relativos aos princípios fundamentais, aos direitos e deveres individuais e coletivos, aos direitos sociais e à fiscalização contábil, financeira e orçamentária.

- 66 A Constituição Federal de 1988 (CF) estabelece a competência dos tribunais de contas estaduais para apreciar os recursos interpostos contra decisões proferidas no âmbito do Poder Executivo em processos administrativos nos quais se discuta questão tributária.
- 67 Embora não tenham poder para anular ou sustar contratos administrativos, os tribunais de contas têm competência para determinar à autoridade administrativa que promova a anulação do contrato e, se pertinente, da licitação da qual ele houver se originado.
- 68 Os tribunais de contas estaduais têm competência constitucional para impor sanções, razão pela qual o Poder Judiciário não pode desempenhar o controle de legalidade dos atos de fiscalização por eles exercidos.
- 69 Caso os servidores dos tribunais de contas estaduais exerçam seu direito de greve, serão aplicadas, no que couberem, as disposições da legislação que tratam do direito de greve na iniciativa privada, em razão de omissão legislativa.
- 70 Constitui prerrogativa constitucional dos tribunais de contas o acesso a dados relacionados a operações financiadas com recursos públicos, as quais não estão protegidas pelo direito à inviolabilidade da intimidade e da vida privada das pessoas consolidado, por exemplo, na garantia ao sigilo bancário.

Com referência ao direito financeiro, julgue os itens seguintes.

- 71 Os estados-membros e o Distrito Federal estão impedidos de editar normas gerais acerca da elaboração dos seus orçamentos, porque a CF atribui tal competência legislativa à União.
- 72 Além de disciplinar o Sistema Financeiro Nacional, o direito financeiro regulamenta a atividade financeira do Estado no que diz respeito a orçamento público, receita pública, despesa pública, crédito público, responsabilidade fiscal e controle da execução orçamentária.

A respeito de orçamento público, julgue os itens a seguir.

- 73 Prevalece no Brasil a compreensão de que o orçamento público é lei apenas em sentido formal, visto que é aprovado pelo Poder Legislativo, mas é substancialmente ato de natureza político-administrativa, insuscetível de hospedar normas gerais ou abstratas próprias de lei em sentido material.
- 74 Além de apresentar harmonia com o plano plurianual e estar voltado para a redução de desigualdades entre as diversas regiões brasileiras, o orçamento federal de investimento deve conter as previsões de receitas e despesas de todas as empresas nas quais a União detenha participação societária.
- 75 Dado o princípio da anualidade orçamentária, os orçamentos públicos das diversas esferas de governo devem ter vigência de um exercício financeiro e coincidir com o ano civil.
- 76 Em observância ao princípio da universalidade orçamentária, devem estar reunidos no orçamento estadual todos os recursos que um estado-membro esteja autorizado a arrecadar e todas as dotações necessárias ao custeio de serviços públicos estaduais.

Julgue os próximos itens, relativos às receitas e às despesas públicas.

- 77 A entrada de recurso decorrente da venda, em leilões, de automóveis usados que integrem o patrimônio público é classificada como receitas de capital.
- 78 Os gastos com a construção de um hospital público e com a aquisição de móveis usados são considerados despesas de capital, ao passo que a compra de papel para impressão e a quitação de juros da dívida pública se enquadram como despesas correntes.

Acerca do regime de precatórios no Brasil, julgue o item a seguir.

- 79 Sem a concordância do ente público devedor, é vedada a cessão parcial de crédito em precatório cuja dívida seja de natureza alimentícia.

Acerca do conceito e dos princípios da seguridade social no Brasil, julgue os itens que se seguem.

- 80 A seguridade social representa um conjunto integrado de ações direcionadas à proteção exclusiva de trabalhadores que mantêm vínculo contributivo com algum órgão de assistência previdenciária.
- 81 Constitui princípio da seguridade social a isonomia na forma de participação dos contribuintes para o seu custeio.

A respeito da carência e da condição de segurados e dependentes no regime geral da previdência social (RGPS), julgue os itens subsequentes.

- 82 Para a concessão da pensão por morte na condição de companheira ou companheiro, exige-se do interessado a prova da existência de filhos em comum ou da convivência por, no mínimo, dois anos com o segurado falecido.
- 83 A concessão do salário-maternidade à segurada empregada independe de carência.
- 84 Ocupante de cargo temporário que não tenha vínculo efetivo com o poder público estadual será segurado obrigatório do regime em apreço.

Acerca da filiação, acumulação de benefício e regimes próprios de previdência social, julgue os itens a seguir.

- 85 **Situação hipotética:** Depois de aposentar-se por tempo de serviço pelo RGPS, José continuou trabalhando como empregado, tendo voltado a contribuir regularmente com a previdência social; porém, após um ano no novo emprego, sofreu um acidente de trabalho e ficou temporariamente incapacitado para laborar. **Assertiva:** Nessa situação, José terá direito a receber, cumulativamente, a aposentadoria e o auxílio-doença.
- 86 Servidor público titular de cargo efetivo do estado de Pernambuco cedido temporariamente à União, com ônus para esta, permanecerá vinculado ao regime próprio de previdência dos servidores do estado de Pernambuco.
- 87 O adolescente que estiver sob dependência econômica da madrasta, segurada do RGPS, poderá ser inscrito no INSS como dependente desta.

No que se refere aos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, julgue os seguintes itens.

- 88 Praticará o crime de corrupção passiva o médico — seja ele servidor público ou não — que, em atendimento pelo Sistema Único de Saúde, exigir do segurado quantia em dinheiro para a realização de consulta.
- 89 O vereador que, em razão do seu cargo, solicitar parte do salário de seus assessores em benefício próprio praticará o crime de concussão.

Julgue os próximos itens, referentes a crimes de falsidade documental.

- 90 A omissão involuntária de despesas de campanha eleitoral quando da prestação de contas afasta a eventual incidência do crime de falsidade ideológica.
- 91 Será considerada atípica, por inexistência de ofensa à fé pública nacional, a conduta do estrangeiro que, para tentar sair irregularmente do Brasil, apresentar à Polícia Federal passaporte falso expedido por outro país.

De acordo com o **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público** (MCASP), é do escopo da contabilidade prover as informações relativas à administração patrimonial, financeira e orçamentária necessárias para que sejam conhecidos adequadamente a composição patrimonial e os resultados econômicos e financeiros das entidades públicas. Nesse contexto, julgue os itens subsequentes.

- 92 É correto utilizar o momento do lançamento para determinar a data da ocorrência do fato gerador no âmbito de uma atividade tributária.
- 93 As variações patrimoniais devem ser reveladas pela contabilidade mesmo quando não resultem de execução orçamentária.

Denomina-se mensuração o processo contábil que consiste em determinar e apresentar os valores referentes a itens do ativo e do passivo, mediante o emprego de métodos qualitativos e quantitativos. A respeito da mensuração dos ativos e passivos, julgue os itens que se seguem.

- 94 Como é dispensada a divulgação dos passivos contingentes, eles estão isentos da avaliação periódica.
- 95 Os ativos obtidos a título gratuito devem ser registrados pelo seu preço presumido.

O sistema de informação de custos do setor público (SICSP) registra, processa e evidencia os custos de bens e serviços, bem como de outros objetos produzidos e oferecidos à sociedade pela entidade pública. Com relação ao ambiente e à terminologia do SICSP, julgue os itens subsecutivos.

- 96 O método de custeio pleno consiste na alocação de todos os custos, fixos ou variáveis, diretamente aos objetos de custo, sem nenhum tipo de rateio ou apropriação.
- 97 É do profissional contábil a responsabilidade pela consistência conceitual e pela apresentação das informações contábeis do subsistema de custos.

Julgue os próximos itens, acerca da estrutura do plano de contas aplicado ao setor público (PCASP) e da consolidação das demonstrações contábeis.

- 98 As participações nas empresas estatais dependentes devem ser incluídas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.
- 99 Para garantir a consolidação das contas nacionais, o PCASP indica as contas obrigatórias e o nível de detalhamento mínimo a ser utilizado pelos entes da federação.

Julgue os seguintes itens, relativos a conceitos, etapas e estágios das despesas e receitas públicas que devem ser considerados no âmbito do governo do estado de Pernambuco.

- 100 Para ser efetivada, a despesa orçamentária depende de autorização legislativa na forma de consignação de dotação orçamentária.
- 101 No estágio da previsão da receita orçamentária, é verificada a procedência do crédito fiscal.

Determinada companhia concessionária de serviço público de energia elétrica reapresentou os relatórios contábil-financeiros relativos ao exercício findo em 2015. Nos relatórios reapresentados, que passaram a exprimir apropriadamente o modelo de negócio de distribuição de energia elétrica, foram feitas apenas duas alterações.

Em primeiro lugar, o ativo financeiro indenizável da concessão, anteriormente classificado no grupo caixa ou equivalentes de caixa, passou a compor o grupo não circulante, mensurado a valor justo. Com isso, foi feito também o respectivo ajuste do valor justo do período, o qual passou a integrar o grupo de receitas operacionais, deixando de ser classificado como resultado financeiro.

A partir das informações apresentadas nessa situação hipotética e considerando que a referida companhia está sujeita à legislação societária, composta pela Lei n.º 6.404/1976 e suas alterações posteriores bem como por legislação complementar, julgue os itens a seguir, relativos aos indicadores econômico-financeiros dessa companhia.

- 102 Considerando-se o exercício de 2014 como o índice-base, não foram alterados, na reapresentação dos relatórios contábil-financeiros, os números-índices do balanço patrimonial do exercício findo em 2015.
- 103 O índice que mostra a imobilização de recursos permanentes em 2015 apresenta valor maior que o estimado antes da reapresentação dos relatórios contábil-financeiros desse ano.
- 104 Os percentuais calculados na análise vertical da demonstração do resultado do exercício de 2015 não sofreram alterações em relação aos percentuais calculados antes da reapresentação.
- 105 Dos recursos totais da companhia em questão, a porcentagem financiada por capital de terceiros em 2015 não foi afetada após a reapresentação dos relatórios contábil-financeiros.

Com base nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue os itens seguintes.

- 106 Na aquisição de uma coligada por uma empresa investidora, eventual ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) surgido nessa aquisição deverá ser tratado contabilmente junto com o valor do investimento.
- 107 Nas transações entre partes relacionadas, como aquelas que se dão entre coligadas e suas controladoras, não é aplicável a mensuração a valor justo, visto que este equivale ao montante que seria recebido pela venda de um ativo ou ao preço que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada no mercado principal.
- 108 O conjunto completo de demonstrações contábeis a ser apresentado pelas sociedades constituídas por ações inclui a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a qual deverá conter o resultado abrangente do período, exceto quando houver demonstração do resultado abrangente apresentada em separado.

109 Se determinada companhia realizar negócios que gerarem fluxos de caixa em moeda estrangeira, os valores advindos dessas transações deverão ser apresentados, na demonstração dos fluxos de caixa, na moeda funcional, aplicando-se, para isso, a taxa de câmbio pertinente registrada na data da transação.

Julgue os itens seguintes, relativos à matemática financeira.

110 Se a expectativa de mercado for de queda da taxa de juros, então o preço de mercado de um título de renda fixa sem cupom deverá aumentar em resposta à queda dos juros.

111 A taxa de 24% ao ano é proporcional à taxa de 2% ao mês.

112 **Situação hipotética:** Uma instituição financeira emprestou a uma empresa R\$ 100.000, quantia entregue no ato, sem prazo de carência, a ser paga em cinco prestações anuais iguais, consecutivas, pelo sistema francês de amortização. A taxa de juros contratada para o empréstimo foi de 10% ao ano, e a primeira prestação deverá ser paga um ano após a tomada do empréstimo. **Assertiva:** Se o valor das prestações for de R\$ 26.380, a soma total dos juros que deverão ser pagos pela empresa, incluídos nas cinco parcelas do financiamento, é inferior a R\$ 31.500.

113 **Situação hipotética:** Um banco emprestou R\$ 12.000 para Maria, que deve fazer a amortização em doze parcelas mensais consecutivas pelo sistema de amortização constante sem carência. A taxa de juros contratada para o empréstimo foi de 1% ao mês, e a primeira parcela deverá ser paga um mês após a tomada do empréstimo. **Assertiva:** O valor da quarta parcela a ser paga por Maria é de R\$ 1.090.

114 Considere que dois capitais, cada um de R\$ 10.000, tenham sido aplicados, à taxa de juros de 44% ao mês — 30 dias —, por um período de 15 dias, sendo um a juros simples e outro a juros compostos. Nessa situação, o montante auferido com a capitalização no regime de juros compostos será superior ao montante auferido com a capitalização no regime de juros simples.

Acerca de aspectos diversos referentes a banco de dados relacional, julgue os itens a seguir.

115 A chave estrangeira (*foreign key*) é o campo que estabelece o relacionamento entre duas tabelas de bancos distintos, sendo necessariamente chave primária na tabela de um dos bancos.

116 Em uma relação, os nomes das colunas são únicos, as linhas são distintas entre si, e a ordem da disposição das linhas e colunas é irrelevante para o banco de dados.

A respeito da modelagem dimensional, julgue os próximos itens.

117 No modelo floco de neve (*snow flake*), todas as tabelas estão relacionadas diretamente com a tabela de fatos, e as tabelas dimensionais devem conter todas as descrições necessárias para definir uma classe nelas mesmas.

118 Todas as tabelas de um modelo apresentam um elemento de tempo como parte da estrutura de chave.

Julgue o seguinte item, que se refere a CRISP-DM (*Cross-Industry Standard Process of Data Mining*).

119 Durante a fase de entendimento do negócio, busca-se descrever claramente o problema, fazer a identificação dos dados e verificar se as variáveis relevantes para o projeto não são interdependentes.

Com relação a *Big Data*, julgue o item subsequente.

120 Além de estar relacionado à grande quantidade de informações a serem analisadas, o *Big Data* considera o volume, a velocidade e a variedade dos dados estruturados — dos quais se conhece a estrutura de armazenamento — bem como dos não estruturados, como imagens, vídeos, áudios e documentos.

Espaço livre